



OP-075AB-21
CÓD: 7908403503612

FEIJÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
ESTADO DO ACRE

Cuidador Infantil

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 001/2021, DE 07 DE ABRIL DE 2021

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	01
2. Antônimos e sinônimos	09
3. Divisão silábica	10
4. Semântica: a significação das palavras no texto	10
5. Identificação do número de sílabas.	10
6. Ortografia: emprego de letras, uso de iniciais maiúsculas	10
7. Flexão de gênero, número e grau dos substantivos e dos adjetivos.	11
8. Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações.	18
9. Concordância verbal e nominal	20
10. Regência verbal e nominal	21
11. Crase e pontuação	22
12. Semântica: a significação das palavras no texto.	23

Matemática

1. Sistema numérico: unidade, dezena e centena.	01
2. Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas. Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.	01
3. Razão e proporção.	10
4. Porcentagem.	11
5. Regra de três simples e composta.	13
6. Média aritmética simples e ponderada,	15
7. Juro simples.	19
8. Sistemas de medidas usuais. Resolução de situações-problema.	21
9. Raciocínio lógico.	23

Conhecimentos Gerais

1. Temáticas atuais, relevantes e amplamente divulgadas referentes à História, Geografia, Política, Cultura, Economia, Esporte e Educação do Brasil, do Estado do Acre e do Município de Feijó	01
2. Fatos da atualidade: locais, nacionais e internacionais. Impactos socioeconômicos da globalização e movimentos sociais. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos.	47

Conhecimentos Específicos Cuidador Infantil

1. O Cuidador Infantil: perfil profissional – escuta e paciência ativa (conceito, formas de abordagem), organização e planejamento do trabalho e das atividades de vida diária, controle emocional e cuidados nas relações com a criança, a família, a sociedade e a equipe multiprofissional);	01
2. Segurança e acordos no uso de aplicativos e recursos tecnológicos.	05
3. Legislação vigente relacionada a criança: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);	09
4. Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das crianças;	46
5. Marco Legal da Primeira Infância;	54
6. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS): conceitos, direitos e deveres;	59
7. Violência contra a criança: tipos, indicadores de maus tratos e encaminhamentos.	75
8. Deficiências físicas, intelectuais e transtornos psicológicos na criança: conceito e cuidados específicos na deficiência física, auditiva e visual, depressão, ansiedade, paralisia cerebral, deficiência intelectual, autismo, síndrome de Down, epilepsia.	85
9. Atividades de lazer e lúdo recreativas: fundamentos, diferenças, importância, valor educativo, objetivos, classificação por faixa etária e boas práticas na utilização de recursos eletrônicos e jogos.	90

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto	01
2. Antônimos e sinônimos	09
3. Divisão silábica	10
4. Semântica: a significação das palavras no texto	10
5. Identificação do número de sílabas.	10
6. Ortografia: emprego de letras, uso de iniciais maiúsculas	10
7. Flexão de gênero, número e grau dos substantivos e dos adjetivos.	11
8. Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações.	18
9. Concordância verbal e nominal	20
10. Regência verbal e nominal	21
11. Crase e pontuação	22
12. Semântica: a significação das palavras no texto	23

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
------------------------	---

TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir

a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapitada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo *até*, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz *“Todos os políticos são ladrões”*, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase *“O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam”*, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa *“ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica”*.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de “apelações”, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma “tomada de posição”, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação:** anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;

- **contra-argumentação:** imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;

- **refutação:** argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e a *conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
Fulano é homem (premissa menor = particular)
Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
O calor dilata o bronze (particular)
O calor dilata o cobre (particular)
O ferro, o bronze, o cobre são metais
Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
Fulano tem um diploma (particular)
Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.

Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor. (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apressadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.

Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação e a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e síntese são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição. A análise, no entanto, exige uma decomposição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.

Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

Segundo Garcia (1973, p.300), a análise pode ser *formal ou informal*. A análise formal pode ser científica ou experimental; é característica das ciências matemáticas, físico-naturais e experimentais. A análise informal é racional ou total, consiste em “discernir” por vários atos distintos da atenção os elementos constitutivos de um todo, os diferentes caracteres de um objeto ou fenômeno.

A análise decompõe o todo em partes, a classificação estabelece as necessárias relações de dependência e hierarquia entre as partes. Análise e classificação ligam-se intimamente, a ponto de se confundir uma com a outra, contudo são procedimentos diversos: análise é decomposição e classificação é hierarquização.

Nas ciências naturais, classificam-se os seres, fatos e fenômenos por suas diferenças e semelhanças; fora das ciências naturais, a classificação pode-se efetuar por meio de um processo mais ou menos arbitrário, em que os caracteres comuns e diferenciadores são empregados de modo mais ou menos convencional. A classificação, no reino animal, em ramos, classes, ordens, subordens, gêneros e espécies, é um exemplo de classificação natural, pelas características comuns e diferenciadoras. A classificação dos variados itens integrantes de uma lista mais ou menos caótica é artificial.

Exemplo: aquecedor, automóvel, barbeador, batata, caminhão, canário, jipe, leite, ônibus, pão, pardal, pintassilgo, queijo, relógio, sabiá, torradeira.

Aves: Canário, Pardal, Pintassilgo, Sabiá.

Alimentos: Batata, Leite, Pão, Queijo.

Mecanismos: Aquecedor, Barbeador, Relógio, Torradeira.

Veículos: Automóvel, Caminhão, Jipe, Ônibus.

Os elementos desta lista foram classificados por ordem alfabética e pelas afinidades comuns entre eles. Estabelecer critérios de classificação das ideias e argumentos, pela ordem de importância, é uma habilidade indispensável para elaborar o desenvolvimento de uma redação. Tanto faz que a ordem seja crescente, do fato mais importante para o menos importante, ou decrescente, primeiro o menos importante e, no final, o impacto do mais importante; é indispensável que haja uma lógica na classificação. A elaboração do plano compreende a classificação das partes e subdivisões, ou seja, os elementos do plano devem obedecer a uma hierarquização. (Garcia, 1973, p. 302304.)

Para a clareza da dissertação, é indispensável que, logo na introdução, os termos e conceitos sejam definidos, pois, para expressar um questionamento, deve-se, de antemão, expor clara e racionalmente as posições assumidas e os argumentos que as justificam. É muito importante deixar claro o campo da discussão e a posição adotada, isto é, esclarecer não só o assunto, mas também os pontos de vista sobre ele.

A definição tem por objetivo a exatidão no emprego da linguagem e consiste na enumeração das qualidades próprias de uma ideia, palavra ou objeto. Definir é classificar o elemento conforme a espécie a que pertence, demonstra: a característica que o diferencia dos outros elementos dessa mesma espécie.

Entre os vários processos de exposição de ideias, a definição é um dos mais importantes, sobretudo no âmbito das ciências. A definição científica ou didática é denotativa, ou seja, atribui às palavras seu sentido usual ou consensual, enquanto a conotativa ou metafórica emprega palavras de sentido figurado. Segundo a lógica tradicional aristotélica, a definição consta de três elementos:

- o termo a ser definido;
- o gênero ou espécie;
- a diferença específica.

O que distingue o termo definido de outros elementos da mesma espécie. Exemplo:

Na frase: O homem é um animal racional classifica-se:



Elemento espécie diferença
a ser definido específica

É muito comum formular definições de maneira defeituosa, por exemplo: *Análise é quando a gente decompõe o todo em partes*. Esse tipo de definição é gramaticalmente incorreto; *quando* é advérbio de tempo, não representa o gênero, a espécie, *a gente* é forma coloquial não adequada à redação acadêmica. Tão importante é saber formular uma definição, que se recorre a Garcia (1973, p.306), para determinar os “requisitos da definição denotativa”. Para ser exata, a definição deve apresentar os seguintes requisitos:

- o termo deve realmente pertencer ao gênero ou classe em que está incluído: “*mesa é um móvel*” (classe em que ‘*mesa*’ está realmente incluída) e não “*mesa é um instrumento ou ferramenta ou instalação*”;

MATEMÁTICA

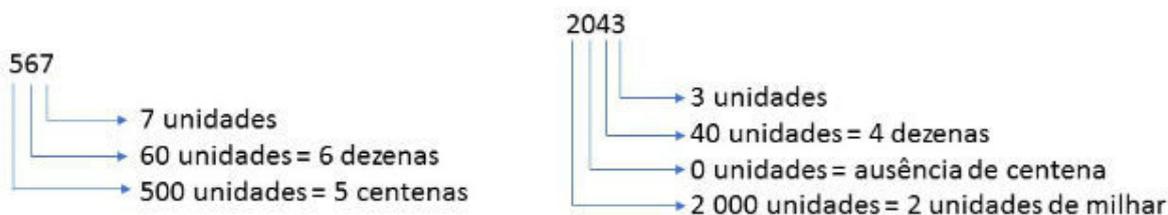
1.	Sistema numérico: unidade, dezena e centena.	01
2.	Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas. Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.	01
3.	Razão e proporção.	10
4.	Porcentagem.	11
5.	Regra de três simples e composta.	13
6.	Média aritmética simples e ponderada,	15
7.	Juro simples.	19
8.	Sistemas de medidas usuais. Resolução de situações-problema.	21
9.	Raciocínio lógico.	23

SISTEMA NUMÉRICO: UNIDADE, DEZENA E CENTENA

Nosso sistema de numeração é chamado de decimal pois sua contagem é feita de 10 em 10. Ou seja, sua base é 10.

- 10 unidades formam 1 dezena
 - 10 dezenas formam 1 centena;
 - 10 centenas formam 1 unidade de milhar;
 - 10 unidades de milhar formam 1 dezena de milhar;
 - 10 dezenas de milhar formam 1 centena de milhar
- E assim sucessivamente.

Exemplos:



Leitura dos números

O sistema de numeração é constituído de uma parte inteira e outra decimal. Lemos a parte inteira, seguida da parte decimal, acompanhada das palavras:

- Décimos: quando houver uma casa decimal;
- Centésimos.....: quando houver duas casas decimais;
- Milésimos.....: quando houver três casas decimais;
- Décimos milésimos: quando houver quatro casas decimais;
- Centésimos milésimos: quando houver cinco casas decimais e, assim sucessivamente.

Exemplo:

(AUX.JUD. /TRT-23ª REG/FCC) O número 0,0202 pode ser lido como:

- (A) duzentos e dois milésimos.
- (B) duzentos e dois décimos de milésimos.
- (C) duzentos e dois centésimos de milésimos.
- (D) duzentos e dois centésimos.
- (E) duzentos e dois décimos

Resolução:

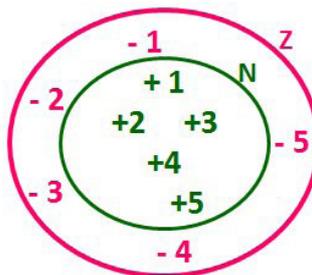
Como temos 4 casas decimais, lemos então com décimos de milésimos,
Logo: duzentos e dois décimos de milésimos.

Resposta: B

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS E DECIMAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO. APLICAÇÃO DOS CONTEÚDOS ACIMA LISTADOS EM SITUAÇÕES COTIDIANAS. OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



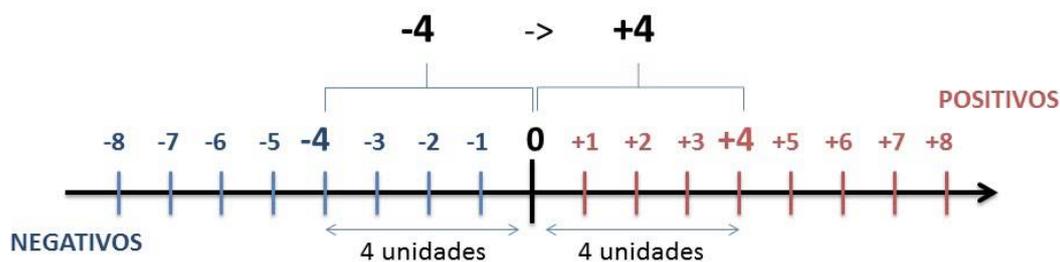
N \subset Z (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \quad |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

$50 - 20 = 30$ atitudes negativas

$20 \cdot 4 = 80$

$30 \cdot (-1) = -30$

$80 - 30 = 50$

Resposta: A

- **Multiplificação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

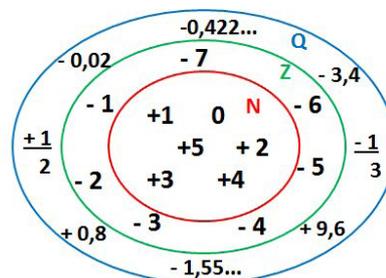
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

$$0,58333... = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos Período com 1 algarismo
2 algarismos zeros 1 algarismo 9

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)

Números que não se repetem e período

$$6,37777... = \frac{637 - 63}{90} = \frac{574}{90}$$

Números que não se repetem

Período igual a 7
1 algarismo -> 1 nove

1 algarismo que não se repete depois da vírgula -> 1 zero

$$6 \frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } - a \rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574, \text{ logo: } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(PREF. NITERÓI) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333... + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C) $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

Resolução:

$$1,3333... = \frac{12}{9} = \frac{4}{3}$$

$$1,5 = \frac{15}{10} = \frac{3}{2}$$

$$\frac{\frac{4}{3} + \frac{3}{2}}{\frac{3}{2} + \frac{4}{3}} = \frac{\frac{17}{6}}{\frac{17}{6}} = 1$$

Resposta: B

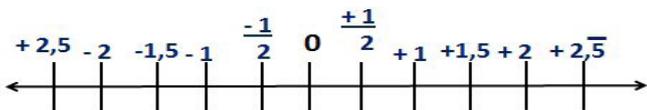
Caraterísticas dos números racionais

O **módulo** e o **número oposto** são as mesmas dos números inteiros.

Inverso: dado um número racional a/b o inverso desse número $(a/b)^{-n}$, é a fração onde o numerador vira denominador e o denominador numerador $(b/a)^n$.

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

Representação geométrica



Observa-se que entre dois inteiros consecutivos existem infinitos números racionais.

Operações

• **Soma ou adição:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

• **Subtração:** a subtração de dois números racionais p e q é a própria operação de adição do número p com o oposto de q , isto é: $p - q = p + (-q)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

ATENÇÃO: Na adição/subtração se o denominador for igual, conserva-se os denominadores e efetua-se a operação apresentada.

Exemplo:

(PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{2}$

Resolução:

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5 + 9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

Resposta: B

• **Multiplicação:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos o produto de dois números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que o produto de frações, através de:

$$\frac{a}{b} \times \frac{c}{d} = \frac{ac}{bd}$$

• **Divisão:** a divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q , isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

$$\frac{a}{b} \div \frac{c}{d} = \frac{a}{b} \cdot \frac{d}{c}$$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
CUIDADOR INFANTIL

1. O Cuidador Infantil: perfil profissional – escuta e paciência ativa (conceito, formas de abordagem), organização e planejamento do trabalho e das atividades de vida diária, controle emocional e cuidados nas relações com a criança, a família, a sociedade e a equipe multiprofissional);	01
2. Segurança e acordos no uso de aplicativos e recursos tecnológicos.	05
3. Legislação vigente relacionada a criança: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);	09
4. Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das crianças;	46
5. Marco Legal da Primeira Infância;	54
6. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS): conceitos, direitos e deveres;	59
7. Violência contra a criança: tipos, indicadores de maus tratos e encaminhamentos.	75
8. Deficiências físicas, intelectuais e transtornos psicológicos na criança: conceito e cuidados específicos na deficiência física, auditiva e visual, depressão, ansiedade, paralisia cerebral, deficiência intelectual, autismo, síndrome de Down, epilepsia.	85
9. Atividades de lazer e lúdo recreativas: fundamentos, diferenças, importância, valor educativo, objetivos, classificação por faixa etária e boas práticas na utilização de recursos eletrônicos e jogos.	90

O CUIDADOR INFANTIL: PERFIL PROFISSIONAL – ESCUTA E PACIÊNCIA ATIVA (CONCEITO, FORMAS DE ABORDAGEM), ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO TRABALHO E DAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA, CONTROLE EMOCIONAL E CUIDADOS NAS RELAÇÕES COM A CRIANÇA, A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL)

O que é um cuidador escolar?

O cuidador escolar é o profissional responsável por auxiliar o estudante em seus cuidados da vida diária e prática. Ele deve ajudar o aluno somente nas atividades que este não conseguir desempenhar sozinho como: ir ao banheiro, se alimentar, trocar de roupa e/ou trocar a fralda entre outras.

Abaixo, selecionamos as principais atividades que fazem parte da função do cuidador escolar. Confira!

O que faz um cuidador infantil?

- Ministração de atividades lúdicas aos alunos;
- Administração de medicamentos, mediante prescrição médica, requerimento dos responsáveis e apresentação do medicamento;
- Auxiliar os estudantes nas refeições;
- Auxiliar na higiene corporal;
- Auxiliar os alunos na escrita/digitação;
- Ajudar nas brincadeiras;
- Documentar as ocorrências e encaminhá-las ao gestor;
- Supervisionar a saída dos alunos ao final do período;
- Participa das reuniões, dos eventos, de planejamentos e das formações que são oferecidas pela SEMED ou pela própria escola.

Cuidador escolar legislação

Desde 2013, foi aprovado, pela Comissão de Educação, uma proposta que tornou obrigatória a presença de um cuidador nas escolas regulares para auxiliar os alunos com deficiência, conforme a necessidade.

De acordo com o relator Alex Canziani a presença de um cuidador escolar garante a inclusão e a aprendizagem, pois por meio do acompanhamento individualizado, viabiliza a mobilidade, o auxílio nas necessidades pessoais e a realização de demais atividades que não podem ser prestadas pelo professor.

Percebe como a presença do cuidador educacional no ambiente escolar é importante? O suporte que ele dá aos alunos e professores é determinante para que o dia a dia da instituição funcione melhor. Se você ficou interessado (a) na profissão, saiba que o curso online de cuidador escolar é perfeito para você.

Fonte: <https://www.educamundo.com.br/blog/voce-sabe-%20o-que-faz-um-cuidador-%20escolar#:~:text=O%20cuidador%20escolar%20C3%A9%20o,trocar%20a%20fralda%20entre%20outras.>

Um dos grandes desafios atuais da escola é sem dúvida dar conta dessas duas condições: disciplina e indisciplina. Lembrando que disciplina é aqui tratada não como conteúdo escolar, mas como comportamento humano, sendo este caracterizado como o que corresponde ao necessário para a manutenção adequada das relações.

Segundo Parolin (2005, p.55), observa-se que “na convivência com os adultos, a criança necessita tanto encontrar barreiras que a impeçam de realizar alguns desejos, como apoios que facilitarão a obtenção do desejado. Quando a criança compreende o “sim” como algo destinado a ela e o “não” como um impedimento à realização de algo, ela se estrutura como pessoa e começa a compreender o sentido da liberdade como um trânsito entre o individual e o coletivo.”

A fala da autora já nos indica que o “sim” e o “não” não são opostos na educação das crianças, mas se complementam dando direção e objetividade à formação de um valor de convivência social. Ser uma criança disciplinada não é indicativo de criança quieta, silenciosa, atenta, centrada, sempre acessível; uma criança disciplinada brinca, corre, pula, grita, chora, briga, porque criança é criança e é assim que se comporta – tem energia para suas vivências. Mas, esta criança disciplinada sabe também respeitar as regras e limites que se impõem ao ambiente; se sente segura para liberar suas energias, sem atrapalhar ou comprometer-se a si mesma e aos demais no seu entorno.

Mas, para saber os limites e as regras, a criança requer que o adulto lhe ensine e oriente o seu processo, e isto não reside apenas na informação que possa o adulto passar, mas os modelos que ele expressa a partir de si. Já falamos sobre isso, mas vou relembrar -a família é o modelo que a criança tem, portanto:

- se a criança tem pais agressivos, entende ela que isso é o certo; se tem pais que a agredem, entende que é assim que deve tratar os demais;
- se os pais são passivos, repetirá esse comportamento;
- se os pais lhe dão tudo à mão, entenderá que os outros devem fazer o mesmo;
- se os pais não lhe explicam o certo e errado, não saberá conduzir suas ações de forma pensada;
- se os pais não lhe dizem não, a criança espera de todos o mesmo;
- enfim, se os pais não sabem conduzir suas próprias vidas, com certeza, seus filhos serão barcos à deriva.

Por outro lado, poderemos dizer que há famílias que são cuidadoras no sentido dessa orientação, porém, não praticam o que dizem. É como aquele exemplo conhecido em que os pais ensinam a criança que ela não deve nunca mentir, que dizer a verdade é o certo. Contudo, se não querem atender um telefonema, pedem a criança que mintam sobre sua presença.

É preciso compreender que a criança repete o que vê e o que ouve, na mesma medida dada pelos adultos e isso é comprovado por exemplos comuns:

- se os pais ensinam à criança que ela não deve falar palavrões, mas em casa os pais falam, ela os verbalizará na escola;
- dizem aos filhos que violência não é uma boa coisa, mas se algum coleguinha o bater, revide.

Estas contradições na orientação dada pelos pais refletem sobre a criança de maneira intensa, porque a criança passa a não acreditar no que lhe é dito. Dessa forma, a criança – agora insegura e ansiosa – assume um comportamento desafiante frente a todos os outros adultos.

Então, se a professora insistir em que faça algo, a criança diz: “você não me manda”; “eu não vou fazer porque eu não quero”; “você não é meu pai”, e assim por diante.

É importante estarmos atentos a esses pequenos discursos, a fim de tratarmos as situações com as devidas soluções que são pedidas. Toda criança precisa ser ensinada, porque não nasce sabendo regras e limites, mas entende-se como alguém provida de natural liberdade; ao descobrir que suas necessidades são atendidas, a

criança passa a requerer orientação para suas ações. Nessa perspectiva, quando uma criança expressa seu comportamento desafiante com discursos de resistência e negação, entendemos que ela quer ser disciplinada; ela está pedindo limites, porque está insegura diante do certo e do errado. Nesse sentido, Parolin (2005, p.56), explica que: a criança sem limites não quer fazer os exercícios, não quer ouvir, não quer ler, acredita que os outros devem ler para ela, fazer para ela, ou ainda, o que é pior, considerar que os que propõem ações voltadas à sua aprendizagem estejam perturbando a sua paz – “o professor fica me alugando, dando tarefa todo dia”.

Lembrei-me de uma professora, numa instituição escolar que atendi por uma assessoria psicopedagógica, quando se queixou de um aluno que não a atendia nas atividades e tarefas de sala porque estava sempre com sono, chegando a ponto de debruçar-se sobre a carteira e dormir deliberadamente durante a aula. Toda vez que a criança era chamada à atenção, chorava e dizia que não conseguia se manter acordada. Primeiramente, pensamos na hipótese dessa criança estar com alguma disfunção orgânica, infecções comuns à infância (vermes), deficiência nutricional, fobia noturna, etc.

Quando relatamos para mãe a situação, ela nos informou que a criança dormia cedo e bem. Mas, os avós não deram a mesma informação, pois a mãe saía muitas noites da semana, retornando a altas horas; a criança ao perceber a ausência da mãe, não dormia; os avós para suprirem a carência do neto, deixavam na frente da televisão ou do computador até que adormecesse e, isto algumas vezes, foi com o dia amanhecendo. O que se passava na cabeça da criança não é difícil de perceber, pois se a mãe lhe ensinava que dormir cedo fazia bem, não dava o exemplo.

A criança pede autoridade, porque requer disciplina. Contudo, aqui vai um alerta importante: professor que grita com o aluno a fim de requerer seu comportamento; que ameaça com avaliações; que o expulsa da sala para a coordenação ou orientação; que discute com aluno – perde toda e qualquer razão, não tendo poder de orientação sobre o aluno. Aliás, que diga-se de passagem – professor que chega a esses extremos, precisa de férias e de terapia -, pois a perda do autocontrole coloca em risco toda seriedade das ações pedagógicas e, distorce a imagem pessoal do professor.

Quando a criança é indisciplinada, faz-se preciso investigar por que e o que ela está querendo dizer através de seu comportamento; seus discursos hostis sempre escondem a sua carência, a insegurança e o medo que sente. Isso pode parecer romântico diante de uma situação que requer manejo. Todavia, jamais poderemos esquecer que criança não tem potenciais cognitivos e intelectivos para solucionar os problemas que não nasceram com ela, mas foram exemplificados pelos adultos que estão à sua volta. Sendo assim, ela não precisa de adultos que lhe exigem a disciplina, mas de adultos que a orientem para a disciplina, de modo que ela possa, ao menos, fazer um comparativo entre o certo e o errado.

Isso não é uma receita, não significa que dará sempre certo e não há como garantir que a criança desenvolverá atitudes e comportamentos adequados. Em contrapartida, o professor deve estar pronto para investigar e, achando a origem dos problemas da indisciplinada de seu aluno, deve elaborar estratégias que melhor se adequam à sua realidade de sala. Todavia, há determinantes nesse segmento que jamais podem ser desconsiderados:

- a relação estabelecida com cada aluno: nível de respeito, de afetividade, de aproximações, etc.
- a relação interpessoal entre os alunos;
- a relação social que cada aluno tem com seu entorno: valores, respeito e convivência;
- a relação de autorrespeito que cada um tem e o professor tem consigo;
- as relações de parcerias: alunos, escola, professores e, sobretudo, família.

Atualmente, educadores, familiares e sociedade vêm discutindo muito sobre a indisciplinada escolar, buscando explicações, tentando descobrir o que realmente faz com que adolescentes e crianças cometam atos considerados de indisciplinados no interior das escolas. Porém as explicações que tanto buscamos pode estar bem mais perto do que imaginamos muitas vezes em nossa própria prática familiar, social e até mesmo pedagógica. A família pode ser em algum momento da vida de crianças e adolescentes motivadora da indisciplinada, quando renega seus filhos, não os respeita enquanto sujeitos e quando os apresenta a práticas fora dos padrões familiares, tais como: violência e autoritarismo. Já a escola contribui para isso quando não permite que estes sujeitos em desenvolvimento coloquem ali seu ponto de vista, suas dúvidas e anseios. Somada a estas duas redes vêm à sociedade que em seu molde capitalista ajuda a separar os bons dos ruins conforme ela mesma sugere. E ao separarmos, estamos colocando a maioria de nossos estudantes à margem da indisciplinada, pois quem não é aceito por um grupo selecionador de atitudes e modos de vida, começa a fazer de tudo para ser aceito.

Trabalhar no campo educacional nunca foi uma tarefa simples, porém nunca foi tão difícil como atualmente. O surgimento e manutenção de atos indisciplinados no interior das escolas tornaram-se um dos grandes problemas que diretores, pedagogos, professores 9307 familiares tentam resolver, porém na maioria das vezes se defrontam com problemas bem mais amplos e que necessitam de olhares diferentes em cada caso. Por causa deste problema, desde alguns anos atrás, surgiu como verdade do senso comum em nossa sociedade, principalmente nas instituições educacionais a visão de que os alunos estão cada vez mais indisciplinados, que não colaboram para a harmonia do meio que estão causando a desordem e em alguns casos o surgimento da violência. Sendo assim torna-se necessário e essencial que os agentes educacionais e todos os que lidam com crianças e principalmente adolescentes saber estipular limites, para que a disciplina seja valorizada, porém para que isso ocorra de forma prazerosa e sem marcas negativas para a criança ou adolescente, é necessário a presença de alguém que exerça uma autoridade, mas para que esta seja respeitada e seguida é imprescindível o respeito e o diálogo permanentemente com a criança ou adolescente.

Relação entre sociedade, escola e disciplina

Segundo Tuma (2001) e Foucault (2003), não se pode pensar em disciplina e indisciplinada sem discutir a relação destes comportamentos dentro da sociedade, da família e da escola. Por este motivo, visando analisar a indisciplinada em seus tramites, far-se-á um breve relato sobre o que estes três grandes grupos sociais, nos apresentam sobre o tema a ser discutido.

O sistema disciplinar segundo Tuma (2001) surge dentro da sociedade, em meados do século XVIII, motivado com a queda do sistema feudal e o surgimento de uma nova forma de produção (comércio) e uma nova classe social, formada por pessoas que abriam comércios nas cidades, esta classe é chamada de burguesia. Com o surgimento desta nova classe social a Igreja perde poder e o capitalismo começa a surgir na sociedade como movimento econômico e social dominante. Como afirma Tuma:

No bojo das mudanças propiciadas pelos mecanismos de expansão do comércio mercantilista, ou do precoce capitalismo industrial, começa a adquirir forma mais transparente a divisão do velho ofício, e as ciências, a direcionarem suas preocupações para as pesquisas de produção. (TUMA. 2001, p. 35).

Sendo assim, a sociedade embalada pelo capitalismo tem um pensamento político e social tendo sua base segundo Hobsbawm:

Na crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo, visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar e na civilização que podia ver em toda sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas ideias. (HOBBSAWM. 1989, p. 37).

Neste contexto social a burguesia começa a descobrir por meio de explorações espaciais, o preço do tempo, que por meio do trabalho geram lucro e exige o repensar da temporalidade. Com esta visão de que tempo é dinheiro, surge a necessidade da criação de normas de condutas sociais, para controlar os trabalhadores, chamados na época de proletariado.

Segundo Braverman: “o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais.” (BRAVERMAN. 1977 p. 68).

Surge então, a sociedade disciplinadora, com a característica principal de: controlar o tempo, vigiar e registrar o indivíduo e sua conduta. Mais tarde essa sociedade dá lugar às chamadas ciências humanas que começam a realizar exames para se chegar à verdade. A partir da democratização da sociedade, ouve no campo das relações sociais algumas transformações e o surgimento de uma nova percepção de aluno, porém a escola continuou segundo Aquino pensando no aluno como se pensava no antigo sistema escolar.

As escolas, com um caráter elitista e conservador, para classes mais abastadas, passaram a ser mais democráticas e o ensino expandiu-se para outras camadas sociais. Entretanto, esta escola continuaria num velho sistema não adaptado a este novo sujeito histórico. A indisciplina atual passaria a representar uma força de resistência e produção de novos sentidos à instituição escolar. (AQUINO. 2000, p. 56).

Sendo a escola um espaço social e integrante da sociedade em geral, esta é vista como espaço de socialização, como afirma Pereira: “possibilita o diálogo, a cooperação e a troca mútua, além de necessitar de normas e regras que facilitem e conduzam seu funcionamento” (PEREIRA. (2004, p. 51).

Esta mesma escola que é vista como um espaço de socialização, tende a estabelecer limites comportamentais e orientar de uma forma mais severa do que a família e de uma forma mais suave que a sociedade.

Neste bojo quando pensa-se no papel social da escola frente aos atos de indisciplina e disciplina, Aquino afirma:

[...] devemos analisar a indisciplina sob um prisma histórico baseado em condicionantes culturais ou sob um matiz psicológica, em relação à influência das relações familiares. Assim ao analisarmos a mesma sob o ponto de vista histórico, perceberemos que a disciplina se desenvolvia basicamente na obediência e subordinação, e o professor era hierarquicamente superior, detinha o respeito alheio e como mais próximo da lei, tinha como prerrogativa a punição. Sua função principal era modelar moralmente os alunos, assegurar o cumprimento das regras e normas mais amplas, inclusive os deveres escolares. (AQUINO. 2000, p. 45).

Visto isto, pode-se afirmar que os alunos são frutos da história, que conduz para a democracia, uma democracia “marcada pela divergência e pela liberdade das ideias” (SARTÓRIO, 2006, p. 57).

Sendo assim a escola necessita de normas como condições necessárias, a fim de internalizá-las em seus alunos para que estes consigam a autonomia e a liberdade, dentro de seu relacionamento social. O professor então é conforme Aquino: “aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites” (AQUINO. (2000, p. 46).

Pensando ainda em sociedade e disciplina, Sartório aponta que: “a indisciplina é um reflexo da violência e pobreza social promovidas pela mídia” (SARTÓRIO. 2006, p.36).

Portanto, por mais que os rumos históricos e culturais se transformem o conceito que se construiu de disciplina é aquele que segundo Foucault (2003) só surge quando se obedece a regras, se cumpre deveres e se subordina aos “chefes sociais”

Parafrazeando alguns autores, como Foucault (2003) e Durkheim (1973), a disciplina surge como meio de controle social, resultando assim em atos indisciplinados tudo o que vai contra as normas de controle sociais. Sendo assim, em nossa sociedade na maioria das vezes, o que vale é a disciplina desejada pelo adulto ou ser dominante (professor, chefe, pais, governantes), sendo que o papel dos seus subordinados (crianças, adolescentes, funcionários, filhos e governados) perante uma sociedade disciplinadora e autoritária é obedecer sem questionar e sem gerar revoltas.

O Papel Social da Educação

A educação escolar tem dentro da sociedade no mínimo dois significados. O primeiro significado sociológico da educação encontra-se na explicação de Durkheim (1973), que diz que a educação é uma doutrina pedagógica que tem apoio na concepção do homem e sociedade, pois a educação para ele surge por meio de alguns meios sociais, como: a família, a igreja, a escola e a própria sociedade. Sendo assim, o sujeito que atua na escola, estudando ou ensinando, carrega em si traços de vários contextos, sendo um cidadão formado pelo meio. A educação ainda segundo Durkheim é:

A ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança determinados números de estados físicos, intelectuais e morais que dele reclamam, por um lado, a sociedade política em seu conjunto, e por outro, o meio específico ao qual está destinado. (DURKHEIM. 1973, p.44)

O autor referendado ainda trata a educação como um fato social, pois permite uma integração entre o indivíduo e a sociedade, levando assim seus agentes a construir uma forte identificação com o sistema social em que estão inseridos. Seguindo este pensamento em que a educação é um fato social, pode-se entender que os alunos só conhecerão o dever por meio de seus pais e professores, ou seja, estes guias são a personificação do dever.

Durkheim (1973) entende que a educação é um processo de socialização, tendo como artifícios a constituição da sociedade e a hegemonia da mesma, ou seja, sem o processo social não se há hipótese de existência da ordem social e da conservação de limites.

A escola então nesta visão sociológica surge para internalizar nos indivíduos os valores e normas do sistema social vigente. Traçado para os dias de hoje, a educação é um meio que possibilita a existência e hegemonia do sistema dominante.

Já para teóricos como Dewey (1971), a educação é um meio que dinamiza a sociedade, pois pode por meio de seus agentes modificar a própria sociedade. Para Dewey:

O processo educacional possibilita ao indivíduo atuar na sociedade sem reproduzir experiências anteriores, acriticamente. Pelo contrário, elas serão avaliadas criticamente, com o objetivo de modificar seu comportamento e desta maneira produzir mudanças sociais. Educação é vida, é viver, é desenvolver, é crescer. (DEWEY. 1971, p.29).

Neste viés a escola precisa saber do passado do aluno, para que saiba como trabalhar com o mesmo no tempo presente e projetar o futuro. Além disso, esta visão holística permite que professores descubram o que leva seus alunos a terem alguns comportamentos.

Ainda segundo Dewey (1971), a escola deve ser vista como uma micro comunidade, onde ensinará seus agentes, sejam eles professores, funcionários e alunos a viverem em uma democracia, visando a igualdade social, pois segundo este pensamento a escola precisa promover a socialização democrática, algo que percebe-se nos movimentos de gestão democrática, onde toda a comunidade escolar participa das ações e decisões da escola.

Seguindo esta teoria a educação e a democracia formam uma totalidade, que asseguram em suas teses a igualdade social, coisa que para a sociologia Durkheimiana é algo praticamente impossível, pois se a educação for algo que conduza para a igualdade, o sistema social seria modificado constantemente, ou seja, não teríamos classes e nem sistemas dominantes. Fato que não agradaria a elite dominante da sociedade, pois vivemos em uma sociedade capitalista, que vê segundo o próprio Durkheim (1971) a educação como fonte de reprodução social.

Pode-se então, analisar que a educação pode seguir duas linhas, uma sociológica que mostra perante uma sociedade classificatória e capitalista, a educação como reprodutora social e facilitadora das classes dominantes, e outra mais voltada para a psicologia que defende a educação como dinamizadora da sociedade, a qual tem por objetivo modificar as estruturas sociais, por meio de uma gestão e de relacionamentos democráticos.

A relação entre escola e disciplina

Segundo Tuma (2001) a escola é um dos lugares juntamente com a família e espaços sociais, que oferece aos sujeitos a busca do conhecimento, de formação humana e de práticas que facilitem na medida do possível o relacionamento social. Logo perante a informação acima citada, a escola em seus tramites teria que buscar trabalhar os valores morais, éticos, oferecendo uma educação de qualidade e igualdade, em que todos fossem inseridos na sociedade, independente de sua cultura e de sua crença.

Porém, além de ofertar um ensino igualitário e de qualidade aos seus alunos, a escola também segundo Tuma (2001), tem o papel de passar para os discentes as regras de convívio social e os comportamentos que se enquadram na sociedade, conforme se vê na seguinte citação: “Percebe-se que, enquanto os pais vão para o trabalho, seus filhos ficam na escola para estudar, aprender regras e comportamentos no seu cotidiano” (TUMA. 2001, p. 58).

Portanto, na maioria das vezes a escola necessita formar o sujeito em seus aspectos cognitivos, psicológicos, emocionais, culturais, morais e sociais, isto quando não é tratada como única fonte de alimentação saudável de seus alunos, fato que ocorre principalmente na rede pública de ensino, devido muitas vezes à falta de condições da família.

Sendo então a escola um espaço social, ela procura ofertar aos alunos regras e comportamentos exemplares, esta é um meio disciplinador, como também facilitador e motivador da aprendizagem, que oferece constante busca pelo conhecimento. Além disso, o estabelecimento de ensino funciona como um local onde possa ocorrer a transição do aluno do seu ambiente familiar, para a sociedade em geral, onde se encontram outros grupos sociais que o aluno frequenta como: roda de amigos, igrejas, locais culturais e a própria escola.

Nas linhas teóricas de Tuma (2001) e Aquino (1996) o aluno precisa ter uma boa relação com a família, com a escola e com as pessoas que estão ao seu lado nos diferentes tempos e espaços, para que este possa aprender em diferentes momentos de sua vida. Conforme Reis afirma:

Tentamos a ultrapassagem do indivíduo e do evento, sem, no entanto, negar a realidade dos eventos e o papel dos indivíduos. Estes são integrados em uma realidade entrecruzada [...] Este tempo não possui um só e simples transcurso, mas velocidades diferenciadas, mais rápidas e mais lentas. Abaixo destas velocidades diversas [...] uma relação dialética entre continuidade e descontinuidade, entre permanência e mudança, entre estrutura e evento. (REIS in TUMA, 2001, p. 74)

Ou seja, a escola precisa partir da realidade de cada indivíduo e de sua vivência nos diversos tempos e espaços. O ambiente escolar então deveria na medida do possível considerar a maneira e o ritmo que cada aluno apresenta solucionar os conflitos, a violência e o desrespeito entre colegas, valorizando e incentivando a harmonia escolar, para que assim o aluno tenha vontade de permanecer neste ambiente.

Mas para que este processo idealizado aconteça, é necessário segundo Sartório (2006), que a escola realize um trabalho com uma gestão democrática, envolvendo diretor, equipe pedagógica, professores, familiares, sociedade e alunos, para que o trabalho aconteça em conjunto, para assim saber o que fazer e qual atitude tomar, para que o ambiente escolar seja um ambiente de alegria, conversas, diálogo, que os alunos saibam conviver em sociedade, um local que transmita paz e faça com que o aluno demonstre gosto e confiança pela escola e que seja um espaço onde os indivíduos tenham interesse, vontade de aprender, respeitando as regras da escola e sabendo quais são os seus limites. Só assim ter-se-á uma escola igualitária e de qualidade, onde a democracia impere e seus agentes não fiquem jogando a culpa dos erros no colo do outro, mas que se sintam corresponsáveis por tudo que acontece no ambiente escolar.

Porém segundo Tuma esta realidade está longe de acontecer. [...]

A escola é muito severa em relação a isto. Ela está repercutindo basicamente o quê que é a sociedade. Tudo isso... Tudo o que é... Está retratando a sociedade. A escola nada mais faz que retratar esta sociedade. [...] se ela não fosse assim tão reprodutora, os alunos adorariam estudar. Por que eles detestam estudar? Por quê? (TUMA. 2001, p.81).

A citação acima descrita nos informa que, algumas escolas adotam certa rigidez com os alunos. E nesta rigidez esquecem de ouvir o verdadeiro motivo que o levou a não cumprir o combinado ou regra. E assim acabam punindo aquele aluno que por algum incidente cometeu a infração, da mesma forma do que aquele que sempre comete a mesma várias vezes.

Por isso faz-se necessário refletir sobre algumas práticas desta escola disciplinadora, para que os alunos sintam prazer e gostem de estar no ambiente escolar.

Será que nossas escolas estão tendo uma gestão e uma prática democrática? Será que pais, professores e equipe pedagógica se auxiliam e se vêm parte do processo educacional? Será que está se pensando em mudar o conceito que certos agentes possuem sobre disciplina? Por que será que os alunos não querem mais ir a escola, e quando querem só vão na maioria das vezes para fazer bagunça?

Estas dúvidas e questionamentos só serão respondidos segundo La Taylle (1999), frente a uma mudança da identidade escolar, docente, discente, familiar, social e mais que tudo humana. Pois só assim, a escola possuirá uma identidade, onde todos os agentes envolvidos neste processo saberão o que fazer perante a indisciplina e ao comportamento humano.¹

¹Fonte: www.educere.bruc.com.br

SEGURANÇA E ACORDOS NO USO DE APLICATIVOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

A mídia pode ser inserida em sala de aula através dos Recursos de Ensino. Estes segundo Gagné (1971, p. 247) “são componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno”. Estes componentes são, além do professor, todos os tipos de mídias que podem ser utilizadas em sala de aula, tais como, revistas, livros, mapas, fotografias, gravações, filmes etc.

A utilização de recursos de ensino diminui o nível de abstração dos alunos, pois eles vêem na prática o que estão aprendendo na escola, e podem relacionar a matéria aprendida com fatos reais do seu cotidiano. Desta forma é mais fácil eles absolverem os conteúdos escolares.

Dale (1966) criou uma classificação de recursos de ensino que é bastante utilizada. Ele nos trouxe o “cone de experiências”, que mostra que o ensino verbalizado, uso de palavras sem experiência, não deve mais ser usado pelo professor, pois os alunos aprendem mais quanto mais pratica experiências em torno do que está sendo ensinado.

Segundo Dale (1966), os objetivos do uso dos recursos de ensino são:

- motivar e despertar o interesse dos alunos;
- favorecer o desenvolvimento da capacidade de observação;
- aproximar o aluno da realidade;
- visualizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem;
- oferecer informações e dados;
- permitir a fixação da aprendizagem;
- ilustrar noções mais abstratas;
- desenvolver a experimentação concreta.

Para utilização dos recursos de ensino é preciso estar atento aos seus objetivos, eficácia e função em relação à matéria ensinada. Todos esses objetivos podem ser alcançados através de recursos de ensino, midiáticos, como, por exemplo, computador, internet, em que o aluno além de conhecer novas tecnologias, faz também interação com o mundo e novas informações. O aluno busca algo novo, algo atrativo, e a educação deve acompanhar essa busca. Mas não basta apenas usar a tecnologia, no ambiente de ensino/aprendizagem temos que rever o uso que fazemos de diferentes tecnologias enquanto estratégias, tendo clareza quanto à função do que estamos utilizando, não basta trocar o livro por um computador se na prática não promovemos a inclusão do aluno, no que se refere aos processos de aprendizagem.

O computador é conhecido como uma tecnologia da informação devido a sua grande capacidade na solução de problemas relacionados a armazenamento, organização e produção de informação de várias áreas do conhecimento. A utilização dessa tecnologia pode ser usada de varias formas, como programas de exercício-e-prática, jogos educacionais, programas de simulação, linguagem de programação entre outros, despertando assim um grande interesse do aluno.

Conforme observado por Valente (1993), o computador não é mais o instrumento que ensina o aprendiz, mas a ferramenta com a qual o aluno desenvolve algo, e, portanto, o aprendizado ocorre pelo fato de estar executando uma tarefa por intermédio do computador. O processo de interação se torna mais agradável com a presença da multimídia na aprendizagem, pois naquele momento o aluno está descobrindo o novo, o contemporâneo.

Educação, Mídia e Tecnologia

A aplicação de novas tecnologias na educação vem modificando o panorama do sistema educacional e, por isso, pode-se falar de um tipo de aula antes e depois da difusão de mídias integradas e tecnologias avançadas de comunicação digital. Os resultados das aplicações de tais tecnologias estão criando condições objetivas para questionarem a real necessidade de se preparar para o ensino virtual. Hoje, há a percepção de algumas tendências relativas aos novos modelos de ensino e aprendizagem de idiomas mediados por computador. Uma dessas tendências é a aprendizagem por meio de Redes Sociais ou Comunidades Virtuais de Aprendizagem.

Afirma-se que a Educomunicação apresenta-se, hoje, como um paradigma, um conceito orientador de caráter sociopolítico e educacional a partir da interface Comunicação/Educação. Mais do que como uma metodologia, no âmbito da didática, o neologismo tem sido visto como um parâmetro capaz de mobilizar consciências em torno de metas a serem alcançadas coletivamente nas diferentes esferas da leitura e da construção do mundo, como propunha Paulo Freire.

O fato permite e facilita um diálogo permanente entre os que buscam dar respostas tanto às questões vitais anunciadas e descritas nas diretrizes propostas pelo poder público quanto às “experiências escolares” inovadoras e multidisciplinares, previstas na reforma do ensino

Trata-se de um percurso que leva em conta a sociedade da informação e o papel da mídia na geração de conteúdos, mensagens e apelos comportamentais.

Segundo a justificativa do CNE que embasa o documento, se, de um lado, “é importante a escola valer-se dos recursos midiáticos é, igualmente, fundamental submetê-los aos seus propósitos educativos”. Nesse sentido, o texto propõe que valores — presentes muitas vezes de forma conflituosa no convívio social e assim reproduzidos pela mídia — sejam identificados e revisitados pela educação. É o caso, por exemplo, do consumismo e de uma pouco disfarçada indiferença com relação aos desequilíbrios que ocorrem no mundo; indiferença essa que leva, com certa naturalidade, à banalização dos acontecimentos por parte significativa dos meios de informação.

Em relação ao universo da comunicação, a Resolução CNE/CEB nº. 7, de 14/12/2010, que estipula as diretrizes para o ensino de nove anos, não permanece, contudo, apenas num denunciamento inócuo. Ao contrário, estabelece metas a serem cumpridas.

É necessário, por exemplo, que a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos midiáticos (meta número 1), ao mesmo tempo em que passem a usar os recursos tecnológicos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem (meta número 2). É dessa criticidade do olhar e da criatividade no uso dos recursos midiáticos que pode surgir uma nova aliança entre o aluno e o professor (meta número 3), favorecida justamente pelo diálogo que a produção cultural na escola é capaz de propiciar.

No caso do docente, o parecer que justificou o documento do CNE entende que “muitas vezes terá que se colocar na situação de aprendiz e buscar junto com os alunos as respostas para as questões suscitadas”. Surge, aqui, a meta número 4: reconhecer o aluno como partícipe e corresponsável por sua própria educação, sujeito que é de um direito muito especial: o de expressar-se numa sociedade plural.